



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL  
RIO NOVO DO SUL  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

PORTARIA Nº 71, de 24 de novembro de 2025.

**RECONHECE QUINQUÊNIO DE LICENÇA-PRÊMIO  
DO SERVIDOR CANDIDO LOUZADA DA SILVA E  
CONVERTE O RESPECTIVO PERÍODO EM  
PECÚNIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL/ES,** no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 25, inciso II e VIII, da Lei Orgânica Municipal, bem como pelo Regimento Interno, e considerando a necessidade de regulamentar o expediente da Câmara para melhor atender às funções legislativas e administrativas, e:  
Considerando o que consta do Proc. Adm. nº 518/2024;

**CONSIDERANDO** o que consta do Processo Administrativo nº 546/2024, protocolizado em 30/12/2024, em que o servidor Candido Louzada da Silva requer o reconhecimento do período aquisitivo (carência) de licença-prêmio por assiduidade, relativo ao período aquisitivo iniciado em 17/11/2019 e com término em 17/11/2024, desconsiderando-se, para fins de contagem, o lapso compreendido entre 28/05/2020 a 31/12/2021 (LC nº 173/2020) e a conversão do respectivo quinquênio em pecúnia;

**CONSIDERANDO** a informação favorável do setor competente (fl. 07), atestando o adimplemento dos requisitos legais e o disposto no art. 102 e seguintes da Lei Municipal nº 017/1990 (Estatuto dos Servidores), que regula a licença-prêmio e autoriza sua conversão em pecúnia nas hipóteses ali previstas; e

**CONSIDERANDO** os princípios da legalidade, motivação, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que norteiam a Administração Pública;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Reconhecer ao servidor Candido Louzada da Silva o quinquênio de licença-prêmio por assiduidade correspondente ao período aquisitivo iniciado em 17/11/2019 e com término em 17/11/2024, desconsiderando-se, para fins de contagem, o lapso compreendido entre 28/05/2020 a 31/12/2021 (LC nº 173/2020), para fins de conversão em pecúnia, nos termos da Lei Municipal nº 017/1990.

**Art. 2º** Converter em pecúnia a referida licença-prêmio não gozada, equivalente a 03 (três) meses de remuneração, nos termos da legislação municipal aplicável, em razão da opção do interessado e da conveniência administrativa.

**§ 1º** A indenização terá natureza indenizatória, tomando-se por base a remuneração do cargo efetivo do servidor na data desta Portaria, observadas as parcelas que, por força de lei, a compõem para fins de licença-prêmio.

**§ 2º** Sobre o valor apurado incidirão descontos e recolhimentos legalmente exigidos, quando cabíveis, bem como atualização monetária na forma da legislação pertinente.

**Art. 3º** Determinar à Diretoria Administrativa e o Setor de Recursos Humanos que:

I – proceda ao cálculo da indenização e providencie a inclusão nos assentamentos funcionais do servidor;

II – publique este ato e junte aos autos do Processo nº 546/2024.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos contados do dia 24 de novembro de 2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal, 24 de novembro de 2025.

**LUCAS BASTOS CASIMIRO**  
Presidente

Publicado no livro desta casa de leis,  
em conformidade com o artigo 84 da  
Lei Orgânica Municipal.

Em 24 / 11 / 2025